

# O presente de despedida de Sarney e dos políticos

A crise de irresponsabilidade que assola a vida política brasileira atingiu, neste final de 1989 e neste fim de governo da "Nova" República, o seu limite máximo. Irmanados, o presidente José Sarney e a maioria quase absoluta dos políticos encastelados no Congresso Nacional estão promovendo um tal festival de gastos e distribuição de benesses que, se não forem contidos pelos poucos políticos sérios que ainda temos e por uma ação decidida da sociedade, tornarão o país praticamente ingovernável, com uma economia inadministrável nos primeiros meses de mandato do próximo presidente da República, seja ele o sr. Fernando Collor de Mello, seja ele o sr. Luis Ignácio Lula da Silva.

Falamos das autorizações de despesas, medidas administrativas e até leis, que estão sendo discutidas e aprovadas a toque de caixa, que irão aumentar substancialmente o déficit público e, conseqüentemente, pressionar ainda mais uma inflação que já está caminhando muito além do que qualquer economia pode suportar. É uma herança que obrigará o futuro presidente a um esforço muito maior do que os seus assessores imaginavam para colocar as finanças públicas em ordem e retardará a aplicação de qualquer programa de governo, tanto na área de infra-estrutura quanto na área social. Se as coisas continuarem por onde vão, o futuro presidente não irá fazer outra coisa em seu primeiro ano de governo a não ser pagar as contas deixadas pelo sr. José Sarney e pelo Congresso Nacional.

"O descalabro chegou a tal ponto que perdi a escala de mensuração do desperdício" — diz o economista Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc).

É possível que o tamanho exato desse fim de festa demore mesmo muito tempo a ser quantificado. Mas a extensa reportagem que o **Jornal da Tarde** publicou ontem sobre o assunto e mais algumas outras informações que têm aparecido na imprensa em geral dão uma boa idéia da potência da bomba de efeito retardado que está sendo montada.

1. As empresas estatais vão transferir para o ano que vem um débito de US\$ 5,2 bilhões, 1 bi só da Petrobrás, contraído com empreiteiras e fornecedores. Isso sem contar as dívidas financeiras.

2. O Congresso Nacional aprovou, no orçamento do próximo ano, gastos adicionais de US\$ 1 bi, sem determinar a fonte desses recursos. Eles serão cobertos por um fantasioso "excesso de recursos", criado contabilmente.

3. O mesmo Congresso, com base também em excesso de arrecadação, está aprovando gastos suplementares ainda este ano de NCz\$ 2,25 bilhões para atender ao início ou à continuação de 116 obras, inclusive a Ferrovia Norte-Sul. Na prática, o excesso de arrecadação não existe, são recursos meramente inflacionários. E a prova disso é que o governo pediu ao Congresso — e já obteve — autorização para duas emissões de títulos: NCz\$ 18 bi para cobrir despesas com o pagamento do funcionalismo e NCz\$ 11 bi para o Banco do Brasil aplicar no financiamento da safra 89/90.

4. A Câmara Federal já aprovou — falta agora o Senado — a correção de todos os débitos do governo de acordo com a inflação. Segundo cálculos do deputado José Serra, isso custará US\$ 10 bi aos cofres públicos no próximo período presidencial. Tudo por pressão de empreiteiras, representadas pelo deputado Luís Roberto Ponte, **double** de líder do governo na Câmara e presidente da Câmara Brasileira de Construção Civil.

5. Um parecer da procuradoria geral da República determinou que as empresas estatais não estão obrigadas a cumprir o artigo da lei eleitoral que proíbe contratações no setor público três meses antes e três meses após as eleições. Com isso, as portas das estatais ficaram abertas para o empreguismo de fim de governo.

6. O Congresso está resistindo a cortar US\$ 1 bi de incentivos fiscais, como está no projeto do orçamento de 90.

7. Um projeto de lei sobre o sistema financeiro, já tramitando, entre outras coisas, cria uma comissão parlamentar para o setor mais poderosa que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central juntos, e retira o custo dos subsídios ao crédito do orçamento, o que dificultará enormemente a execução da política monetária.

8. Há, ainda, a contribuição dos governos estaduais, das prefeituras municipais e das assembleias legislativas e câmaras dos vereadores, com aumentos de salários para funcionários e parlamentares e uma avalanche de reajustes de impostos, como o IPTU e o IBTI de d. Erundina na capital paulista e o ICMS e o IPVA do sr. Quéricia no Estado de São Paulo.

Nenhuma das obras que serão contempladas com novas verbas, nenhuma das medidas contidas nas novas leis, é prioritária, obedece a algum critério técnico razoável, faz parte de um programa bem estruturado de obras ou completa um conjunto de providências administrativas coerentes. O critério prevalecente, em todos os casos, foi o mesmo que determina a maior parte das decisões oficiais no Brasil: o fisiologismo, os interesses particulares ou de grupos, as considerações político-eleitorais. Nesses pacotes, como exemplo máximo de desperdício e irresponsabilidade, há dinheiro aprovado que não dá para instalar ao menos um metro de asfalto. Entretanto, para o seu patrocinador, o que importa é plantar o canteiro de obras e mostrar serviço para o eleitor, mesmo que a construção, depois, não ande mais um centímetro.

Os políticos, no Congresso, que prepararam esta bomba, não tardam por esperar. O ajuste de contas com eles, como já mostraram as duas últimas eleições, virá infalivelmente em outubro do próximo ano. Quanto ao presidente Sarney, o melhor favor que ele faria hoje ao país seria seguir o conselho do economista Afonso Celso Pastore: antecipar a posse de seu sucessor.